

10 JUN 1983

Recuo no pacote foi político

As considerações políticas e sociais prevaleceram claramente sobre a racionalidade econômica no pacote de medidas de austeridade ontem editado pelo governo como resultado da reunião do Conselho Monetário Nacional. Qualificado como um "conjunto harmonioso" de medidas pelo ministro do Planejamento, Antônio Delfim Netto, o pacote não promoveu a desindexação dos preços na economia — medida amplamente defendida por largos setores da sociedade brasileira — e com isso novas e duras medidas ainda se prevêem.

A explicação para o que ocorreu é a de que prevaleceu a opinião dos ministros da área política do governo, capitaneados pelo chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, ministro João Leitão de Abreu. "Nós, do PDS, não queríamos o expurgo do INPC para não afetar os salários", disse o líder do partido do governo na Câmara dos Deputados, deputado Nelson Marchezan. "Sem o apoio do ministro



Leitão de Abreu

Leitão de Abreu, seria difícil contornar esse problema", informou.

O potencial impacto político e social da desindexação foi reconhecido pelos ministros da área econômica. O ministro Delfim Netto reiterou (ver matéria abaixo) que "é preciso vencer a sociedade brasileira, e em particular as áreas mais radicais, de que é preciso haver uma política salarial mais inteligente". O ministro da Fazenda, Ernane Galvão, disse que os ministros aceitaram "que a realimentação inflacionária vem pela indexação, mas a sociedade precisa discutir isso".

O bloco de medidas, cujo principal objetivo é reduzir o déficit do setor público, composto de seis decretos, dez resoluções, três circulares e duas portarias, permite ao presidente do Banco Central, Carlos Geraldo Langoni, iniciar na próxima quarta-feira a renegociação dos termos do acordo com os credores externos, reunidos no recém-criado Comitê de Assessoramento ("Advisory Committee"), em Nova York.

A redução do déficit do governo e suas estatais na área interna representa uma condição imposta pelo FMI e pelos credores em geral para continuar a cobrir o déficit das contas externas do Brasil. Segundo as "considerações gerais", um documento divulgado

área monetária e creditícia, o governo limitou os empréstimos do sistema financeiro ao setor público; estabeleceu piso mínimo de encargos nas operações de crédito de entidades públicas federais; reduziu o subsídio nos créditos rural e à exportação e às pequenas empresas; reduziu o IOF (de 4,6 para 1,5%) sobre operações de crédito; eliminou os limites quantitativos de crédito; instituiu o Programa de Investimentos Agrícolas (Proinvest); e aumentou os depósitos compulsórios dos bancos em 5 pontos percentuais.

Na área do Imposto de Renda, o governo criou o recolhimento na fonte sobre rendimentos no open market (4%); determinou antecipação, para este ano, do IR das instituições financeiras do exercício de 1984; estabeleceu recolhimento adicional de 10% na fonte sobre rendimentos de capital; determinou recolhimento na fonte de 3% sobre pagamentos a título de prestação de serviços; e criou duas novas faixas, com alíquotas de 40 e 45%, na tabela progressiva para recolhimento na fonte sobre salários e rendimentos não assalariados. Além disso, reduziu os prazos de recolhimento, pelos bancos, de tributos federais arrecadados.

pelo governo após a reunião do CMN para explicar as medidas tomadas ontem, será possível agora reduzir o déficit público para "algo próximo a 3,5% do PIB em 1983", em comparação com os 5,5% registrados no ano passado. Mas a contenção de gastos das estatais não foi anunciada, assim como a redução dos subsídios ao trigo. Isso deverá acontecer na próxima semana.

No bloco de medidas na